



Anais da Assembléia

Nº 129

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 12 DE OUTUBRO DE 1976

ANO II

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 194.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE OUTUBRO DE 1976.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Senhores Deputados Otássio Pereira e David Federmann.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (54).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 183/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 299/76, Mensagem n.º 73/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de PARAÍSO DO NORTE, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 13, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 199/76.

Levanta-se a sessão.

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 195.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE OUTUBRO DE 1976.

Presidência do Senhor Deputado Maurício Fruet, se-

cretariada pelos Senhores Deputados Otássio Pereira e David Federmann.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (54)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que: o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, requer um voto de profundo pesar pelo infausto passamento do Sr. Manoel Romão Neto, ocorrido nesta Capital, em acidente de trânsito.

O Prefeito de Porto Rico era uma figura humana de excepcionais qualidades.

Realizado em sua vida profissional, preferiu dedicar a sua vida ao serviço do próximo, nas barrancas do Rio Paraná.

Em plena atividade política foi ceifado, vítima do trânsito, que tantas vidas preciosas levou do nosso convívio.

Ao registrar o infausto acontecimento, esta Casa associa-se à família enlutada e o subscritor deste requer que ainda seja comunicada a deliberação desta Assembléia à família, em Porto Rico.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1976.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a inscrição na Ata dos trabalhos da Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, do Sr. MANOEL ROMÃO NETO, que exercia pela segunda vez o mandato de Prefeito do município de Porto Rico, cidadão prestante e cheio de virtudes, voltado sempre para os problemas de seus municípios, seu desaparecimento abre uma lacuna na vida pública daquele município que dificilmente será preenchida.

Requer, ainda, que da aprovação do presente se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de Outubro de 1976.

(a) PAULO CAMARGO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de voto de pesar à família de Ângelo Urió, tendo em vista o seu falecimento na data de ontem, na cidade de Francisco Beltrão.

Tratava-se de pessoa com vasto círculo de amizade, bem como trabalhador honesto e íntegro que em muito fará falta àquela comunidade.

Sala das Sessões, em 12 de Outubro de 1976.

(a) DENI SCHWARTZ.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. (Pausa).

Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos, neste instante, nos parabenizar com a laboriosa classe de professores, discípulos de Pestalozzi, por vermos que o Estatuto do Magistério há de ser aprovado com a participação de ambas as bancadas.

Então, como tivemos esta vitória justa, é que vimos até esta tribuna, para nos parabenizar com aquela classe, por mais esta conquista justa.

Queríamos também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer uma pequena referência, quando há dias atrás, o ilustre Deputado Nelson Buffara assumava à tribuna para fazer uma reparação, com a qual não concordamos.

Não concordamos, porque aquele Deputado foi muito suave, em relação ao Irmão Francisco.

Aquele irmão que não sabemos, se é irmão de Sade, porque é sádico; que não sabemos se é irmão de satanás, porque achaca o povo extorquindo os humildes, os homens de mãos calosas que vêm do interior do Estado em busca de um documento desnecessário, em busca de um documento que está carregando dinheiro para uma entidade que não tem necessidade; que apesar de tudo, foi um vendilhão da corte, aquele Irmão Francisco, que vem a máscara de cristão; aquele homem que é irmão de Sade, como dissemos, porque é sádico; aquele homem que não tem a delicadeza, de pelo menos, respeitar os representantes do povo, como é o Deputado Nelson Buffara.

E como é também este Deputado que vos fala, humildemente.

Queremos discorrer sobre o episódio, onde o povo do Paraná, o povo humilde, vem muitas vezes, do "interland" deste querido Estado; aqueles homens, que puxam o rabicho do arado; aqueles homens, que são o sustentáculo de nossa Nação, precisam muitas vezes ficar aqui à espera de uma fila de psicotécnico, porque o sadismo do Irmão Francisco, o sadismo do homem que tem a máscara de ser cristão, não permite que ele fuja e não abre exceção, deixa de por mais uma ou duas salas, para que aquele povo voltasse tranquilamente para suas casas, para que aquele povo humilde voltasse à sua lavoura e plantasse o feijão de que o Brasil tanto precisa.

Por essa razão, contesto o ilustre Deputado Nelson Buffara, porque S. Exa. foi muito condescendente com o Irmão Francisco.

Deveria S. Exa. o Sr. Governador do Estado, fazer uma advertência à Faculdade Católica do Paraná a fim de que se colo-

estudou Teologia não tenha sensibilidade cristã e não entenda que o povo que vem do Interior precisa ser atendido com maior urgência.

E esse povo, muitas vezes, fica três ou quatro dias na Capital para fazer o Exame Psicotécnico.

O Irmão Francisco é um verdadeiro demônio, não tem um mínimo de sensibilidade no trato para com o povo.

Porque, um homem que tem sensibilidade cristã, procura, pelo menos, Sr. Presidente, procura pelo menos, Srs. Deputados, procura, pelo menos, Imprensa do Paraná, dar lenitivo a quem padece, a exemplo de Cristo.

E o homem que temos à frente dos Exames Psicotécnicos é um homem sádico e faz questão de tripudiar sobre o humilde.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — A Presidência comunica que está esgotado o tempo permitido a V. Exa.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado.

E como já dissemos, o Sr. Governador devia fazer uma advertência contra o sadismo desse homem que não quer outra coisa a não ser tripudiar sobre os humildes, vilipendiar contra aqueles que trabalham e constroem esta Nação.

Queremos, Sr. Presidente, por intermédio desta Casa, mandar um voto de repúdio contra aquele homem que ofendeu um Deputado do glorioso Movimento Democrático Brasileiro e um Deputado da ARENA, homens que lutam pelo povo.

Devemos fazer essa advertência para que, aqui no Brasil, não aconteça o mesmo que está acontecendo na Tailândia, o que está acontecendo na Argentina e em outros países liderados por sádicos como o Irmão Francisco.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. DEPUTADO JURANDIR MESSIAS — (Lendo) "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde, para dizer da nossa satisfação e da alegria que hoje contamina o povo do Centro Oeste do Paraná e mais especificamente os municípios de Pitanga e Palmital, com a inauguração na cidade de Pitanga, da agência do Banco do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Exatamente quando ocupamos a tribuna, o Coronel Walter Perachi Barcelos, digno Diretor da Carteira Agrícola, Região Sul, daquele Banco, estará cortando a faixa e dando por inaugurado e conseqüentemente entregando ao povo do Centro-Oeste o Banco do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estive na região por diversos dias e posso dizer da satisfação que reina entre os agricultores, comerciantes, agropecuaristas e no pessoal das indústrias, por mais este espetacular avanço do progresso.

Não é a primeira vez que digo de público depois de tantos anos, nossa gente, com muita calma e paciência, aguardava que os Poderes Públicos, os Governantes, dessem uma olhadinha por nós, que estávamos ansiosos por melhores dias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para nossa alegria, eis que vemos hoje o Governador Jayme Canet Júnior e o Presidente Ernesto Geisel, dando àquela região, atendimento condigno com os nossos direitos, como estradas asfaltadas, escolas de alvenaria, ginásios distritais, estradas de revestimento primário, luz elétrica da Copel da zona rural, meios de comunicação com todo o mundo através da Telepar e muitos outros benefícios que deixarei de mencionar.

E é por isso que ao encerrar esta nossa rápida passagem pela tribuna, queremos em nome do povo do Centro-Oeste, dizer muito obrigado Governador Jayme Canet Júnior, o Gover-

identificado com o povo, e, me permita Governador Jayme Canet Júnior, chamá-lo, evidentemente no bom sentido, de Governador caipira.

Muito obrigado, Presidente Ernesto Geisel, o Presidente humano e que quando terminar o seu mandato terá apertado a mão de quase todos os brasileiros, em virtude do diálogo que vem mantendo nas suas andanças.

E muito obrigado, Coronel Walter Perachi Barcelos, que quando fizemos esta reivindicação, nos deu toda certeza de que teríamos o Banco do Brasil em Pitanga.

E finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para nossa tristeza, nos falta neste momento, a nosso ver, a pessoa mais importante, pela sua luta, pela sua dedicação, pelo seu amor a Pitanga, e que deu os primeiros passos e viu antes de nos deixar, a instalação do Banco do Brasil em Pitanga concretizada e mesmo não estando de corpo presente, por ter atendido o chamamento do Arquitecto do Universo, queremos nesta inauguração, te dizer, Deus lhe pague, Deputado IVAN AMARAL FILHO”.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Causa-nos tristeza a notícia que lemos quase que constantemente nos jornais de Curitiba e jornais deste País. Recentemente soubemos oficialmente que o produto nacional, oriundo da renda bruta das classes laboriosas deste País, alcança um índice de 80 milhões de dólares. Entretanto, a miséria, a falta de recursos, a pobreza, campeia a cada dia que passa, na Nação brasileira.

Hoje, a “Gazeta do Povo”, traz estampada na sua primeira página, uma notícia de que a chegada do feijão colombiano ao Rio de Janeiro, tabelado pela SUNAB, a 6,50 cruzeiros o quilo, chegou a causar motim nos armazéns e supermercados, porque os primeiros compradores levaram todo o estoque para vender até a 20 e 25 cruzeiros, a quem poderia comprar.

É um estado de pobreza caracterizado deste País, que está cada vez mais sem condições de subsistir ao fraquejar de um Governo que não soube condicionar a distribuição das riquezas nacionais. O que vemos nesses dez anos é que um grupo, uma minoria privilegiada, representando pouco mais que 5 por cento da população brasileira, é rica, cada vez mais rica, enquanto que a multidão, 90 por cento de 100 milhões de habitantes deste País, está pobre, cada vez mais pobre.

O exemplo do que dizemos está aqui em nossa Casa no dia de hoje, que é esta classe, a laboriosa e abnegada classe do professorado do Paraná. Esta classe, com suas famílias, viu o índice elevado do empobrecimento e da inflação incontida, sem que houvesse uma reestruturação de seus vencimentos.

E hoje, quando o Estatuto deverá ser debatido, aqui está a expressão da cultura quase que a pedir que os seus representantes, que os representantes do povo do Paraná, encontrem uma fórmula para a solução de seus problemas.

Nós que vimos de relance este Estatuto, porque não pertencemos à Comissão de Verificação, pudemos ver que falta a tabela codificada de vencimentos. E nós, infelizmente, não podemos suprir o Estatuto desta tabela porque somente o Executivo está revestido deste direito.

Entretanto, sabemos que este projeto na oportunidade em que deu entrada nesta Casa teve a configurar mais um aspecto político do Poder Executivo, porque aqui deveria ter dado entrada no começo do ano e não agora às vésperas das eleições que se verificarão nos quatro cantos deste Estado, a exemplo das que ocorrerão em todo o Brasil. Assim sendo, a impressão que se tem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a demagogia campeia e que o povo recebe, a cada instante que passa, um aspecto negativo desta demagogia que tanto tem prejudicado a classe laboriosa desta Nação.

É lamentável para nós que ostentamos um mandato, alcançado através do voto secreto, ter que, numa oportunidade como esta, manifestar o nosso repúdio sobre fato desta natureza.

Este projeto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deveria, já, ter sido aprovado há anos passados, e não agora na ante-véspera das eleições, quando o poder político poderá influenciar negativamente e contra esta classe tão sofrida e que tanto trabalho honroso tem prestado à cultura e ao desenvolvimento deste Estado.

Deixamos a nossa preocupação e oxalá esta Casa se ilumine no dia de hoje para que nenhum erro seja cometido porque se assim acontecer, talvez, por mais cinco anos esta classe laboriosa e abnegada terá que sofrer por estes erros.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa, mais uma vez, se digna receber, em nossas galerias, a presença de pessoas muito interessadas no desenrolar de uma matéria atinente à sua profissão.

E nós, que estamos aqui, assiduamente, em contato com todas as classes funcionais deste Estado, queríamos aqui, no dia de hoje, dizer que, quando aqui estiveram os serventários da Justiça, os Srs. Magistrados, os Srs. Promotores Públicos, com alguma coisa relacionada à sua classe pendente nesta Casa, nunca deixou de tomar posição este Deputado de Ponta Grossa.

Olhamos o anteprojeto do Estatuto do Magistério como olham os Srs. Professores deste Estado, com o objetivo comum, ou seja, o Governo, de sua parte, procurando dar suprimento ao anseio de atender esta sofrida classe, mas sem atender às justas, reais e concretas medidas e proposições apresentadas pela classe que representam os senhores mestres.

A Comissão Especial formada por Deputados do nosso Partido, MDB, e dos Srs. ilustrados Deputados da Aliança Renovadora Nacional, não conseguiu chegar e dar um cumprimento e uma resposta, pela classe política, ao Executivo desta terra do Paraná.

É o quarto anteprojeto que o Governo praticamente elabora, e coloca para apreciação nossa, e, mais praticamente, desta Casa.

O primeiro projeto, foi em 1972, mas com o afastamento daquele então Governador, nomeado e eleito somente por esta Casa, o grande Governador Haroldo Leon Peres, seu destino foi uma lata de lixo.

Novamente, uma medida idêntica ocorreu com o 2º Estatuto do Magistério.

Temos, em memória, a grande operosidade do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, ilustre Deputado da Arena, que fazia, naquela ocasião, logo em seguida, no Governo Parigot de Souza a sua presença naquela espinhosa função de Secretário de Estado.

Pegou o Estatuto quase que inexistente, dissecou-o e transformou-o naquilo que seria a realidade já daquele tempo, dos Srs. Professores do Paraná, e remeteu a S. Exa. Governador da época, Parigot de Souza. Infelizmente não foi a vontade, não foi o trabalho levado à frente por Luiz Gabriel Sampaio devido ao destino que, infelizmente, carregou ao Paraná, nestas últimas administrações, todas as adversidades que não tiveram os outros Estados co-irmãos da Região Sul do País.

O Rio Grande do Sul teve uma ascensão tremenda nestes últimos quatro anos do Governo que lá passou. Santa Catarina, mesmo sendo um Estado paupérrimo em relação ao Rio Grande do Sul e ao Paraná, na sua medida, teve o seu Governo, a atenção do Governo Federal.

Infelizmente, este Estado, pela infelicidade de uma má escolha, pela infelicidade de uma tragédia com o falecimento de um novo Governador do Estado, e com a ascensão de um Gover-

nador que era "Coluna do Meio", que nunca teve objetividade na sua atenção como homem público deste Estado, fez com que Luiz Gabriel Sampaio não tivesse recebido de volta o seu trabalho elaborado.

Novamente ascendia ao cargo outro ex-Deputado desta Casa, Cândido Martins de Oliveira, quando assumiu a Secretaria da Educação, também entendendo os anseios da classe, e com a ajuda dos Srs. Professores, tinha uma preparada equipe de trabalho, elaborou novamente o 3º anteprojeto do Estatuto do Magistério, remetendo-o ao estudo do ex-Governador, Emílio Hofmann Gomes, que, infelizmente diz ter o seu município eleitoral na minha querida Ponta Grossa, mas durante o exercício do seu mandato, como Governador deste Estado, não levou à sua terra natal nem a presença física do Governo, que dirá a presença em obras carentes na minha cidade e na minha região.

Então, ficou na gaveta mais uma vez, até ser descoberto pelos senhores professores deste Estado, que exigiam a sua divulgação, mas o Secretário do Governo da época, Véspero Mendes, que afirmou aos senhores diretores da Associação Paranaense de Professores deste Estado, que o Estatuto elaborado por Cândido Martins de Oliveira era um estatuto "dema-gógico e inviável", coisa que ninguém sabe, ninguém viu, só o Sr. Véspero Mendes até hoje teve condições de julgar e, além disso, altos funcionários do Governo chegaram a admitir que um dos principais obstáculos para aprovação de qualquer estatuto é a alta despesa que ele vai causar.

Enquanto promessas e paternalismos políticos e governamentais disputam a oportunidade de surgir como autor ou autores do projeto tão esperado, o professor vive uma situação difícil. Podendo, como até agora tem sido feito, o professor lecionar somente em dois colégios do Estado, se for licenciado, ele pode dar no máximo, de acordo com o último Decreto, 44 aulas por semana.

Os salários, comparados com os de outros funcionários do Estado, principalmente aqueles que pouco fazem ou acumulam privilégios, são baixíssimos e obrigam geralmente o professor a dar aulas em excesso.

Para conseguir o suficiente a uma sobrevivência, razoável, é o professor paranaense, até o dia de hoje, obrigado a fazer empréstimos pessoais ou empréstimos bancários.

Para mostrar a realidade em que vive a classe do magistério paranaense — e isso é constatado por todos os Deputados do MDB e da ARENA — mais de 600 e quase 700 senhores professores entraram num concurso da Polícia, agora, recentemente instituído neste Estado, para dar preenchimento às vagas de escrivão e agente policial.

A vaga de escrivão exige somente um nível ginásial e paga mais de três mil e quinhentos cruzeiros mensais, e a de agente de polícia, que não exige formação cultural alguma, paga mais de dois mil cruzeiros ou um mil e oitocentos cruzeiros acima, e, em paralelo a esta classe, o professor, hoje no Paraná, ganha a média de mil a mil e cinquenta cruzeiros, e está constatado que, a cada dia que passa não somente a Polícia Militar do Estado, como já vi denúncias nesta Casa, há também, a classe professoral, o seu esvaziamento.

Nestas situações, Srs. Deputados, Sr. Presidente, é claro que não sobre tempo para preparar aulas, aperfeiçoar a sua maneira de ensinar, estudar e ampliar os seus conhecimentos.

Não é só ele, professor, que perde; os alunos recebem uma educação cada vez mais distante daquele mínimo necessário à sua formação determinada por grandes homens da cultura brasileira.

Necessita o professor de liberdade, de garantia, de currículos preparados e planejados, previsão de horário, para poder preparar suas aulas, que são pré-requisitos básicos que no Brasil, e, agora, aqui particularmente neste Estado, com este último decreto, não estão sendo respeitados.

(Lendo): "Nós do MDB, juntamente com os professores deste Estado e com alguns Deputados da Arena, tentamos e tentaremos novamente dar a essa nobre classe, os direitos e prerrogativas que ela merece, pois sem a mesma ninguém desta Casa que hoje aqui se fazem presentes, os Srs. Deputados, os Srs. Funcionários, as Sras. Taquígrafas, os Srs. Jornalistas, todos enfim, não teriam condições "de desempenhar as funções onde nós nos encontramos, se não existisse a classe dos professores que, hoje, tentaremos dar uma legalidade, somente e, no dia de amanhã, tentaremos dar à classe aquilo que ela, realmente merece.

Queríamos, quando está para ser aprovado, nesta Casa, "o Estatuto do Magistério, tão esperado por aqueles que nos ensinaram", aqueles que merecem todo respeito, todo o carinho, a dignidade daqueles que aqui trabalham, dizer que a educação não deve ser compreendida como a simples oferta de ensino escolar; na verdade ela é todo o processo no qual nós todos passamos, para ingressarmos numa "vida social", numa vida de trabalho. no seu sentido mais amplo. É a classe dos professores, um movimento de transmissão pelo qual a criança, o adolescente, passa, para novas conquistas em realizações de homem, de geração em geração, "permitindo que cada vez mais se ampliem as possibilidades de resposta às necessidades da sociedade.

A escola, como instituição, tem um peso importante nesse processo e deveria atender os mesmos pressupostos gerais que nos permitem estender a educação; mas, é evidente, que nossa escola não é orientada por princípios como estes, não são as necessidades sociais, as necessidades das camadas mais amplas da população que estão em jogo, a reforma educacional procurou dotar a escola de condições para a formação de mão-de-obra nos níveis exigidos pelo tipo e desenvolvimento escolhido por aqueles que dirigem o País.

Em outros termos: os programas de ensino, os currículos básicos, as atitudes dos mestres, passaram a ser definidos a partir das exigências emanadas das grandes empresas que dominam a nossa economia, a elas não interessa que o ensino da História do Brasil, por exemplo, seja feito de tal forma que esclareça o próprio caráter de sua presença na vida nacional. As matérias ligadas à área científica não devem ser um programa que vá além dos limites de nossa dependência tecnológica. Do primário à Universidade, o ensino se transformou em instrumento de formação de técnicos de segunda ou terceira classe.

Ao professor cabe a tarefa de preparar os alunos para que ocupem um lugar no sistema produtivo, mas não lhe dão o direito de questionar sobre a validade desse sistema, muito menos de pretender sua transformação.

Ao aluno nada resta além da aceitação desse esquema, pois do contrário estaria pretendendo mais do que lhe é conferido como direito, hoje. "O estudante deve apenas estudar", dizia o ex-Ministro Jarbas Passarinho, sob aplausos daqueles que vêm nas inquietações dos professores e da massa estudantil secundarista e universitária uma ameaça constante de revolta e contestação.

"O professor deve apenas ensinar", dizem, os mesmos; esquecem que professor e aluno estão integrados à vida social, trabalham, brigam pela vida, preocupam-se com os destinos de seu País, têm todos os direitos de lutar pela mudança de sua condição de existência.

Por isso e por tudo mais é que votarei de acordo com a orientação do meu Partido, do meu Líder Deputado Osvaldo Macedo, com os professores do Paraná, com um Estatuto alto e com um Estatuto do Professor sem cor partidária. Visando somente a educação, é que votaremos com as justas e reais reivindicações da classe, para o bem, não só dos seus professores, mas de nossos filhos, de nossa família paranaense e brasileira".

Muito obrigado, Sr. Presidente;

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Com a palavra o segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Pausa). — Concedo a palavra à Liderança do MDB, Sr. Deputado Osvaldo Macedo. — (Pausa). — Concedo a palavra à Liderança da Arena, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em dezembro de 1975, portanto há um ano à data das eleições de 76, o Chefe do Poder Executivo encaminhou a este Poder, Mensagem Governamental capeando anteprojeto de lei que visa conferir ao magistério público do Estado do Paraná, o seu Estatuto. Refutando de passagem, afirmação do eminente Deputado emedebista, Sr. Lúcio Machado, devo, portanto, significar que o Poder Executivo, que a Aliança Renovadora Nacional, não tiveram a intenção de conferir a este trabalho, qualquer cunho político-partidário ou nem pretendeu, como não pretende, tirar dele vantagens eleitoreiras. Tão logo a Mesa da Assembléia Legislativa do Estado solicitou, a Liderança da Arena designou, para compor a Comissão Especial incumbida de emitir parecer, os membros que, regimentalmente, deveriam representar o Partido naquela Comissão.

Louvo, Sr. Presidente, no início das discussões que haverá de se ferir neste Plenário e que no final possibilitarão a aprovação do que de melhor se poderá dar ao magistério público do Estado do Paraná, a atuação dos membros da Aliança Renovadora Nacional naquela Comissão Especial. Desnecessário, Sr. Presidente, dizer das inúmeras reuniões realizadas por aquela Comissão que tem a Presidência e o Relator representados por companheiros nossos. Inúmeras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foram as incursões feitas pelos membros deste Poder junto ao Poder Executivo Estadual, procurando sensibilizar a área responsável pela educação e cultura de nosso Estado, no sentido de abrigar justas pretensões dos professores paranaenses.

Fruto desse trabalho Sr. Presidente, que teve indiscutivelmente a merecer a colaboração da ilustrada Representação do MDB, pudemos sensibilizar o Executivo para que autorizasse a se compromettesse em sancionar, desde que abrigadas e aprovadas por este Legislativo algumas das reivindicações consideradas justas, pelo nosso professorado.

Daí, Sr. Presidente, que antevendo discussões que haverá de se ferir neste Plenário, algumas delas, talvez, abordando ainda aspectos polêmicos desta mensagem, poderão, no final, validar a afirmativa de que tudo se está fazendo no sentido de conferir à classe do Magistério, algumas emendas que poderão assegurar aos professores de todos os níveis quase que praticamente o direito da inamovibilidade. E convém, Sr. Presidente, que se afirme aqui, de início, que o único Estado da Federação que dará um tratamento especial no Estatuto do Magistério Público, é exatamente o Paraná, porque nos demais usa-se a faculdade do que dispõe o Estatuto do Funcionário Público Estadual.

Sabendo, Sr. Presidente, de que este será um dos pontos divergentes neste plenário, é que devemos antes de tudo, significar a posição da Aliança Renovadora Nacional no episódio. Por maioria dos seus membros a bancada resolveu que a transferência ex-officio do professor só seja feita de um para outro município com a anuência do professor, permitindo-se no interesse da educação, transferir-se o professor dentro ou tão somente dentro da área do município.

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — Tem o aparte V. Exa.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Nobre Deputado Ivo Thomazoni, inicialmente deveremos nos juntar a V. Exa. para dizer da oportunidade com que o Governo do Estado encaminha matéria de tamanha importância.

Agora, há um ano atrás, há dois anos ou em qualquer época, antes, durante ou depois das eleições, em qualquer

momento em que o Governo do Estado pretenda encaminhar benefícios aos servidores públicos ou ao povo do Paraná, nobre Deputado Ivo Thomazoni, haveremos de ouvir, aqui da tribuna da Assembléia alguns, ainda bem que não todos Deputados do MDB, que dirão como disse o nobre Deputado Lúcio Machado, que este benefício devesse vir há muito tempo atrás.

A tal ponto o pessimismo do parlamentar, que se fosse ele, companheiro de Cabral, ao descobrir o Brasil, não faria no dia da descoberta, um dia de festa e sim, um dia de tristeza, porque acharia ele, que poderia o Brasil ser descoberto há muitos anos atrás. Nada é oportuno, para determinados políticos do MDB, muito menos quando, matéria de tamanho significado para um povo, principalmente de uma classe importante, como é a classe do professorado paranaense.

Evidentemente, nobre Deputado Ivo Thomazoni, qualquer benefício que o Governo do Estado proponha ao seu povo, haverá de ser rechaçado pela Oposição.

No meu entendimento, nobre Deputado Ivo Thomazoni, é que esta mensagem vem de trazer ao professorado do Paraná, um alento tão desejado. É evidente e compreensível, que a Oposição não esteja festejando o encaminhamento desta matéria, nesta tarde.

Quem deve festejar com os professores, com a classe beneficiada, somos nós, nobre Deputado. Hoje é uma tarde de gala; hoje é uma tarde de festa para o professorado do Paraná, para a ARENA do Paraná, e para o Governo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a V. Exa., eminente

Deputado Quielse Crisóstomo. E devo confessar que não pretendia falar na discussão da matéria, na tarde de hoje, preservando-me ao direito de falar, detendo-me mais à análise do substitutivo, apresentado pela Comissão Especial.

Todavia, como teremos aqui, pontos divergentes, como disse, que um dos pontos que virá, que será objeto de maiores comentários desta tribuna, por certo será o problema da carga-horária e para que o Professor entenda a posição do nosso Partido, devemos antes de mais nada, afirmar que o detentor de padrão, poderá na regulamentação, optar para uma carga horária de dez horas; podendo optar para uma carga-horária de 22 horas semanais, e podendo, quando detentor de dois padrões, ficar com uma carga de vinte horas ou de 32 horas, ou ainda, de 44 horas, semanais. Dando ao Professor, detentor de padrão, quatro opções de carga-horária, semanal.

Acreditamos que mais do que nunca, a opção será feita, levando-se em consideração principalmente, os valores que o Poder Executivo haverá de conferir para os padrões com a carga horária de dez horas, de 22 horas, permitindo-se portanto, este leque de opções no tocante à carga horária de cada um, ou que a cada um interesse na sua opção.

Devo, por outro lado, significar que do substitutivo que será objeto de análise, na sessão de amanhã, subscreveremos, juntamente com o terço regimentalmente exigido, algumas emendas que, oportunamente, no seu encaminhamento, serão objeto de justificativas deste Plenário.

Era, Sr. Presidente, a intervenção primeira no episódio do Estatuto do Magistério, significando que a posição da ARENA tem sido mais de mediadora entre o professorado e o Poder Executivo, e muito menos, como quiseram alguns nos posicionar, como se estivéssemos totalmente favorável ao Poder Executivo.

E convém também, nesta primeira intervenção que fazemos, significar a boa vontade que encontramos na Secretaria de Educação e Cultura, na Secretaria de Recursos Humanos, na Secretaria de Planejamento, na área do Executivo, que nos possibilitaram, e a representantes de classe, a defesa dos pontos de vista ansiosamente aguardados e defendidos pela classe do professorado de nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 186/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 148/75, dispondo sobre o ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, para o Ensino de 1º e 2º graus. Parecer favorável da Comissão Especial, com SUBSTITUTIVO GERAL, por maioria. — Em discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há praticamente ano e meio que estamos envolvidos e trabalhando na questão do Magistério.

Iniciou-se, preliminarmente, nesta Casa, com a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito da Educação. Teve, como seqüência, o envio, a esta Casa, do projeto de lei que, hoje, inicia sua discussão, tratando da implantação do novo Estatuto do Magistério para o Estado do Paraná.

É preciso que se diga, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e aqui vim, exatamente, para isso — para firmar, para marcar, para definir, uma posição: ela é clara, insofismável, é conhecida pela Comissão e é conhecida pela Casa, porque tivemos oportunidade de fazer declaração de nosso voto. Portanto, a nossa posição é do conhecimento de todos.

Portanto, é clara a posição que assumo. É clara a posição que vou defender, neste Plenário.

Não sei como haverá de proceder a Casa. Não sei que rumo tomarão as coisas.

Sei que existem compromissos que devem ser honrados, que devem ser cumpridos.

Tenho para mim que, depois de tanto tempo, depois de tantos anos, depois de tantas lutas, se consegue uma conquista que é a oportunidade do Poder Legislativo sobraçar esta matéria e a legislar.

Acho — e este é o importante — que se deva, depois desta conquista, fruto de todo esse trabalho, dizer que aqui ninguém requer paternidade, mas num esforço conjugado desta Casa, num esforço conjugado do Magistério, quem sabe até, num esforço do Executivo, aqui vem e aqui está o Estatuto do Magistério.

Já disse e repito, o projeto original como aqui veio, não está em acordo e em sintonia com os reclamos do professorado, não está de acordo com as necessidades da Educação, do ensino do Paraná.

É preciso, foi preciso, que esta Casa se atirasse ao estudo. E, hoje, volta a pensar, volta a repensar o problema do Ensino, o problema da Educação.

Não estamos aqui para fazer festas. Não estamos aqui para festejar. Mas, estamos aqui para legislar, independentes e distanciados de qualquer vinculação.

Aqui estamos para tentar produzir uma obra melhor, uma obra mais perfeita, porque depois de tanto tempo, não seria justo, não seria decente e não estaria ao nível desta Casa, deste Poder Legislativo, que apenas fôssemos referendar o que veio do Executivo.

Deputado, para nós, tem uma função mais alta, uma função mais importante, uma função de maior relevo do que ser recadeiro de outro Poder. O Poder Legislativo constitui hoje, mais do que nunca, o verdadeiro Poder político, o verdadeiro Poder popular desta terra.

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Disse bem o nobre Deputado Enéas Faria, quando fala na oportunidade da Mensagem Governamental. Congratulo-me com V. Exa., quando reafirma que esta Casa devesse examinar matéria tão importante, detidamente. E assim o foi, não só por parlamentares da ARENA mas também por parlamentares do MDB, motivo pelo qual deveremos hoje, já estar muito próximos daquilo que deseja a classe do magistério paranaense. Porque esta matéria já está na Casa há quase 1 ano, provando ao nobre Deputado que teria insinuado que esta matéria teve no seu bojo intenção político-eleitoreira...

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. me permita, não insinuei isso no meu pronunciamento. Pelo contrário, estou convocando esta Casa, e agora enfaticamente, para que se desvincule de qualquer outra coisa e se atire a um trabalho sério.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Realmente, não foi V. Exa. quem disse, e para não fazer injustiça, retifico, foi o nobre Deputado Lúcio Machado, dizendo que esta matéria foi encaminhada em vésperas de eleição, com vistas eleitoreiras.

Esta matéria, como V. Exa. bem sabe, está em estudo nesta Casa de Leis por parlamentares da ARENA e do MDB há quase 1 ano, portanto, não é matéria eleitoreira. E diz bem V. Exa. que esta matéria deve estar bem próxima do desejo dos professores, porque esta Casa, exaustivamente, dedicou através dos membros da Comissão Especial, horas de trabalho profícuo.

Quero, pois, inicialmente, me solidarizar com V. Exa. e dizer, reparando talvez o emprego do termo, “motivo de festa” e não é festa, como disse muitas vezes V. Exa. que aqui se fez, que aqui se faz festival de MDB.

Não quis dizer V. Exa. que era festival, termo impróprio, mas hoje se usamos o termo de “festa”, é para dizer alegria, porque uma grande fase conquistamos. Chegamos ao final de uma primeira etapa; é bem possível que ainda tenhamos que adicionar alguma coisa, mas temos que dizer que o momento é de alegria, porque está sendo atendido o desejo de uma classe, há muito reivindicado.

O SR. ENÉAS FARIA — Não tenho intenção de criar problema na festa que V. Exa. quer fazer, apenas digo a V. Exa., se quer realizar uma festa aqui, que pelo menos traga número suficiente.

Retomo, Sr. Presidente, não vejo nada que se aproxime do interesse do professorado e do interesse da educação nesse projeto de lei que aí está e que veio do Executivo. O Estatuto do Magistério é um Estatuto para o professor. É um estatuto, evidentemente, disciplinador, mas é um Estatuto que confira direitos, confira garantias e, acima de tudo, condições para o magistério produzir, elaborar, para o magistério cumprir sua alta missão.

O Estatuto que aí está, o projeto que aí está, que veio do Executivo, é um Código de penalidades.

Tanto o é, Srs. Deputados, que discussões por horas e horas, trabalhos que vararam dias e dias levantaram questões de alta relevância tentando amenizar, tentando extirpar e tentando melhorar o projeto original.

Venho hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para reafirmar a posição que assumi. Parece-me justo que depois de tanto tempo de trabalho, que depois de tanto tempo vinculado a este tipo de trabalho, não poderia deixar agora passar despercebida a posição por mim assumida.

Não falo praticamente à Casa, não falo a ninguém, falo aos Anais para que aqui fique registrado: votarei, hoje, favoravelmente a este projeto que aí está, porque se cogita tão somente da sua constitucionalidade; votarei favorável porque é preciso que se dê número para que a matéria continue tramitando; votarei favorável para ter o direito de, amanhã, voltar a esta tribuna e aqui continuar lutando em defesa dos pontos que levantei conflitados com os interesses manifestados pela maioria

e pela Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Continua em discussão.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quis o destino tivesse esta Legislatura a honra de discutir e de analisar uma das leis, um dos projetos mais importantes dos últimos tempos da história do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa aprovará um projeto para regular as atividades funcionais de uma das mais dignas, abnegadas e honradas classes de trabalhadores, que é a classe dos professores.

Diante desta importância, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante da seriedade e da necessidade que daqui desta Casa saia um documento que atenda aos interesses não só do Governo, mas que atenda aos interesses, sobretudo, dos professores, gostaríamos que se fixasse, desde logo, o processo legislativo para a aprovação desta matéria.

Antes, portanto, que tenhamos algumas considerações sobre este assunto, indagamos da Mesa o seguinte:

O art. 189, § 5º diz: "Apresentado, impresso e distribuído o parecer da Comissão, sobre as emendas, serão o parecer e o projeto dados a discussão, que será única e poderá prolongar-se por 20 sessões".

E tendo em vista, Sr. Presidente, o que dispõe o art. 26, da Constituição Estadual "Que as leis complementares à Constituição serão aprovados por maioria absoluta dos membros da Assembleia, observados os demais termos da votação das leis ordinárias"; e tendo em vista ainda o que dispõe o art. 30 da mesma Constituição Estadual que "salvo disposição constitucional em contrário, cada projeto de lei ou resolução será submetido a três discussões, mediando, entre elas, um interstício mínimo de vinte e quatro horas", perguntaria à Mesa, em Questão de Ordem, se o processo legislativo será o previsto na Constituição que é posterior, portanto é o que deve prevalecer, por ser a Constituição posterior ao Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Esta Presidência informa a V. Exa. que o Regimento Interno prevalece nos pontos em que não colidam com a Constituição Estadual. Consequentemente o processo a ser submetido será o estatuído pela Constituição do Estado.

O SR. OSVALDO MACEDO — Portanto três discussões. Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Comissão Especial, com o voto discordante dos Deputados Muggiati Filho e Enéas Faria, dignos membros da bancada do MDB, houve por bem aprovar substitutivo geral. A Comissão Especial diante da Mensagem aqui enviada pelo Governo do Estado, das emendas apresentadas pelos Srs. Deputados, e dos Substitutivos apresentados, houve por bem apresentar o Substitutivo Geral.

Entretanto, quer nos parecer, mais do que nos parecer, estamos convencidos, de que este Substitutivo Geral por inteiro, não satisfaz, não atende os interesses dos Professores do Paraná.

Ainda houve, recebemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um documento subscrito por duas entidades que exercem fiel, autêntica e efetiva liderança junto à classe dos professores, que são: A Associação dos Professores Licenciados do Paraná e a Associação dos Professores do Paraná, de Curitiba. Recebemos este documento mostrando falhas e incorreções do Substitutivo Geral, que deverão, a nosso ver, ser corrigidas porque ainda há tempo, para que daqui saia um documento inteiro e conforme os interesses do Magistério e da Educação do Paraná.

Vou ler, Sr. Presidente, para que conste dos Anais desta Casa, para que esta Casa dele tome conhecimento este documento sério que recebemos destas duas entidades, para que as principais reivindicações sejam acatadas, pois muitas delas não o foram ainda, pelo menos com clareza. Ei-las pois; a título

de reforço do que já apresentamos, inclusive na Secretaria de Planejamento, na reunião de 6 deste mês.

1 — Que a letra "B", do Parágrafo 2º do Artigo 17 do anteprojeto tenha a seguinte redação:

b) "Quem exerceu, ou esteja exercendo atividades no Magistério Oficial do Estado, desde que a idade cronológica do candidato, subtraído o tempo de serviço, não ultrapasse o limite máximo de idade fixado no inciso 11, do Parágrafo 1º, deste Artigo".

Isso, porque não é justo que os professores suplementaristas atingidos pelo Decreto 1495, não tenham oportunidade de realizar concurso pelo fato de terem mais de 45 anos. São idealistas e dedicados mestres que durante anos foram professores e devem ser amparados, desde que cumpram as exigências da letra "b" proposta.

2 — Que seja dada nova redação ao Artigo 16 do anteprojeto.

Este artigo é altamente prejudicial à classe e à educação e fere o Artigo 39 da Lei 5692. Além disso, vai impedir a promoção, regular dos professores primários que há 15 anos não têm elevação de nível. Ou então, vai permitir que apenas alguns sejam promovidos; o que não é justo. Todos os professores que possuem condições de promoção devem ser promovidos, e não aguardar decisões subjetivas de criação de cargos para promoção e acesso. Não vemos que critérios o Executivo possa utilizar para dizer que o 1º grau, da 1ª à 4ª série ele necessita de tantos normalistas, tanto com licenciatura curta e tanto com licenciatura plena. O professor que tivesse condições deveria requerer a promoção, anexando os comprovantes necessários e obter a vantagem já no ano seguinte, e não aguardar até eventual criação de cargos.

Este artigo, na forma em que está redigido, deixa ao Estado total liberdade para conceder ou não, promoções e acesso ao pessoal do Magistério; o que não corresponde às normas para concessão de auxílio federal, de acordo com o Decreto Federal 71244/72.

(Lendo): "Pelo não cumprimento deste Decreto e da Lei 5692, o pessoal do magistério poderá estacionar.

Sugerimos, então, a seguinte redação: "Ato especial fixará anualmente o número de cargos do quadro próprio do magistério; e, quanto a provimentos por promoção ou acesso correspondente aos pedidos apresentados e que estiverem de acordo com o previsto neste Estatuto, para efeito de inclusão na lei orçamentária do exercício seguinte".

3 — Que ao § 5º do Artigo 32 seja dada a seguinte redação: "Anualmente será feita para o pessoal do magistério em todas as áreas de atuação, a promoção vertical por habilitação". Os motivos já foram apresentados no item 2º acima. Ademais, é anual a dotação orçamentária. Anualmente, pois, o Estado arcará com mais estas despesas evitando acumulá-las nos dois anos. Acima de tudo, com isso o Pessoal do Magistério estará altamente motivado para se aperfeiçoar, cumprindo, assim, um dos principais objetivos da educação.

4 — Que o parágrafo único do artigo 33 tenha a seguinte redação:

"As promoções por merecimento serão procuradas na forma do Anexo III, anualmente".

Por que aguardar dois anos se num ano o professor pode completar os cem pontos necessários para promoção?

5 — Que o inciso IV, e o parágrafo único do artigo 50 sejam eliminados, simples e puramente".

E, ao comentário dessas duas entidades, dizendo o seguinte: "O Estado tem uma série de outros instrumentos e meios de melhor redistribuir o seu pessoal, se é que há necessidade.

Pode para isso, promover concursos de remoção, realizar concursos de ingresso com mais frequência, oferecer estímulos aos que se sujeitarem a trabalhar em locais distantes e de difícil

acesso e outros.

Hoje, pode ser instrumento útil nas mãos de administradores e políticos conscientes; amanhã, pode ser o maior instrumento de perseguição política aos já sofridos mestres do nosso Estado. O Professor precisa de tranquilidade, estabilidade e segurança, para poder ser um bom educador. A remoção no interesse do ensino, por mais branda que possa ser pintada, será uma mancha preta no magistério paranaense.

Por o Estatuto dos Funcionários Civis prever remoção "ex-officio" não implica em dizer que também o magistério tenha que tê-la. As características funcionais são bem diversas".

Trago, Sr. Presidente, um testemunho. Andei por mais de uma semana pelo Paraná, e, em todos os lugares por que passei vi um verdadeiro pavor, um verdadeiro temor do magistério paranaense com relação à remoção "ex-officio", mesmo dentro do próprio município.

Há municípios do Paraná que são grandes, com distritos localizados a muitos quilômetros de distância, e a remoção de um professor, "ex-officio", mesmo dentro do próprio município pode ser objeto de terrível perseguição e de terrível mal ao professor perseguido.

Dei, há poucos dias, quando conversava com alguns Deputados do Governo, o exemplo do município de Londrina que tem distrito que fica a 50 quilômetros da sede do município e a remoção do professor mesmo dentro do município "ex-officio" causar-lhe-á terrível crime. Ainda neste fim de semana, percorrendo um município do Paraná, enorme, com cerca de 10 distritos, todos equivalentes a cidades, e na sede do município, há um candidato a Vereador do MDB, cuja esposa é professora, e teme essa professora, teme essa esposa que, por perseguição, ela venha a ser transferida da sede do município para um distrito do interior do município, e será um mal, será uma perseguição, será um mal irreparável.

Não pode, portanto, o magistério paranaense, ficar na insegurança, com um dispositivo dessa ordem.

A sua supressão é ato de inteira justiça e, ainda hoje pela manhã, a bancada do MDB reunida, houve por bem deliberar em conjunto e, por unanimidade, de desaprovar e votar contra, a miúdo, e por inteiro, a remoção "ex-officio", qualquer que seja a forma, por entendê-la uma insegurança total para o magistério paranaense.

Continuo, Sr. Presidente, lendo o documento dos professores do Paraná.

"Item 6 — que seja acrescentado a classe F. Não é luxo a existência da classe F. é uma necessidade. Se nosso ensino vai mal, é devido, em grande parte, à inexistência de planejadores capazes, planejadores que irão analisar as tendências sociais, as necessidades do mercado de trabalho, organizar o currículo em função dos objetivos predeterminados e traçar o caminho para o sistema e para os Sub-Sistemas de Ensino.

Diz o parágrafo único do artigo 8º da Resolução 02/69, do CFE, que a formação de especialistas em Planejamento Educacional far-se-á obrigatoriamente em nível de mestrado.

Seria ele enquadrado na classe F e com nível de vencimentos igual ao graduado? Isso contraria o artigo 39 da Lei 5692, que manda fixar vencimentos, considerando a maior qualificação do professor ou especialista de educação, independente do nível em que atue. Não é lógico que um professor passe da classe A para a B com um ano de estudos adicionais e não se considerar uma classe especial para os que cursam mestrado ou doutorado em dois, três ou mais anos, além de elaborarem e defenderem uma tese. Por isso, e para atender ao artigo da lei citada, propusemos o acréscimo de uma Classe, a F, somente para mestres e doutores que atuem na área específica de sua formação.

A adoção nesta classe viria trazer grandes benefícios para a educação. Teríamos pessoal altamente qualificado nas Inspeções Regionais de Ensino, nos estabelecimentos de ensino e

até mesmo na SEEC. Além do estímulo financeiro, haveria o estímulo psicológico de pertencerem a uma classe especial. O Estado necessitará de poucos destes; portanto, o ônus não seria elevado e cumprir-se-ia a Lei.

O Governo Federal concedeu aumento de até 300 por cento para fixar seus funcionários no serviço público, mesmo sendo apenas graduados. Por que não poderia o Estado conceder um pequeno estímulo para atrair mestres e doutores?

O Governo Federal despende fortunas, com cursos de mestrado, inclusive na Universidade Federal do Paraná, para formar pessoal estratégico para nosso sistema de ensino. Por que não aproveitá-lo? Luxo é, isso sim, o Estado querer dispensar esse pessoal.

7 — Que a parte final do artigo 122 seja redigida da seguinte forma:

... "Se possuir habilitação obtida em curso superior de Magistério correspondente à sua licenciatura".

Hoje, com a Reforma, a integração inter-disciplinar é de fundamental importância para a educação. Assim sendo, nada mais justo que os professores com licenciatura, seja qual for, tenham elevação de Classe, independente do Grau em que atuem.

8 — Que seja incluído um artigo nas Disposições Gerais e Transitórias, com o seguinte teor:

"Fica assegurado aos atuais professores do Ensino Médio optarem ou não pelo enquadramento nos regimes de Trabalho previstos neste Estatuto".

Assim seria dada a necessária tranquilidade aos que não quiserem optar, embora tenham direitos adquiridos.

9 — Incluir artigo nas "disposições Gerais e Transitórias" incorporando as observações no final do anteprojeto:

"A passagem de um avanço de classe para outro, dá-se quando o Professor ou Especialista de Educação, completar cem (100) créditos, na forma do Anexo III".

10 — Que seja incluído um artigo nos seguintes termos:

"No ato em que o Professor ou Especialista de Educação passar a ser regido por este Estatuto, terá direito a todas as promoções diagonais, segundo os créditos que tiver".

Assim não sendo, o professor ou Especialista de Educação que contasse com 300 ou 400 créditos (pontos) e que poderia ser promovido para o Avanço da Classe A4 ou A5, teria que aguardar seis ou oito anos, para ser promovido ao avanço a que tem direito hoje. O Professor primário, por exemplo, que conta com 29 anos de serviço, teria que se aposentar sem ter as vantagens dos avanços a que faz jus. É sem dúvida uma injustiça. O mesmo vale para as outras classes.

11 — Que no inciso III do artigo 78 seja substituído "nível 4" por "nível 5".

Não é justo que somente os professores com licenciatura plena percebam pelas aulas, extraordinárias, um nível abaixo do correspondente à sua classe.

12 — Que seja eliminada a letra "m" do inciso II do artigo 84, que proíbe o professor ou especialista de educação exercer comércio ou participar de atividades comerciais. Tal proibição é restrita aos magistrados devido à sua função de julgadores.

13 — "Que a redação do artigo 118 seja substituída pela seguinte:

"A admissão do pessoal docente e especialista de educação, na falta de pessoal estatutário, deverá ser feita pelo regime de Consolidação das Leis do Trabalho.

Esta redação vem dirimir quaisquer dúvidas e incertezas quanto à adoção da CLT. Os demais argumentos, e são muitos, já foram exaustivamente expostos e acatados pela Comissão, pelos Secretários da Educação e do Planejamento e pelos técnicos da SEEC.

14 — Que todos os artigos da Lei 6.174, a que o anteprojeto apenas se reporta com frequência, sejam transcritos para o mesmo. Assim o professor teria, através de uma única Lei, o

conhecimento de seus direitos e deveres, sem necessidade de manusear outros documentos, que muito mais confundem que esclarecem.

15 — Que sejam acatados os quatro regimes de trabalho. Razões:

a) Como extinguir as aulas suplementares de colégios de certos municípios que, por terem poucos habitantes, comportam somente um colégio e com poucos alunos? Em muitas disciplinas, e isso é notório, é impossível obter-se 22 aulas semanais mesmo o professor ministrando duas ou três disciplinas diferentes. O Estado irá remunerar por 22 aulas a quem ministra apenas, por exemplo, dez aulas?

b) Por que 44 horas semanais ao professor, se todos os funcionários públicos trabalham, no máximo, 40 horas por semana?

c) Alegam as Técnicas da SEEC, que haveria discriminação em se adotando o regime também de 14 horas, uma vez que o professor primário não teria condições de optar por este regime.

O argumento improcede. Obviamente, a própria natureza do ensino da 1.^a a 4.^a Série do 1.^o Grau, exige que o professor primário, permaneça com a mesma carga horária que hoje cumpre. O Professor primário portanto, não pode optar pelo regime de 14 horas, mas poderá assumir, além do regime das 24 horas, mais um de 14, se for licenciado. Não esquecer que estamos prevendo também o tempo de permanência remunerada e que a remuneração é proporcional à carga horária. A discriminação ocorreria se a remuneração por 14 horas fosse igual à das 24 horas, ou 22.

d) Alegam ainda as Técnicas que o Estado não teria condições de controle de tantos regimes. Ora, se o Estado consegue controlar, atualmente, e há muitos anos, regimes de trabalho de professores que ministram 2, 4, 10, 20, 44 etc., aulas semanais, por que não conseguiria o controle de apenas quatro regimes?

e) Quantas PROFESSORAS (E elas são a maioria no Magistério), só poderão assumir o regime de 14 horas semanais, devido à família, ao seu estado físico, à preocupação em bem cumprir o dever, etc.

f) Não esqueçamos que o Magistério é uma profissão "sui generis" e que para muitos profissionais a preparação de aulas é altamente morosa e cansativa, sobretudo, no início da carreira.

g) Também não procede os argumentos de que tão poucas horas de trabalho semanais fogem à profissionalização. Profissionalizar o professor não é imolá-lo na sala de aula com excessiva carga horária; é exatamente permitir, ante às peculiaridades da profissão, que cada um possa cumprir com seu papel. Uns, o cumprirão, assumindo 40 horas por serem experientes, tarimbados e ainda jovens; outros, com 30 horas ou 24, por estarem, já, quiçá, um tanto cansados, outros, com 14 horas, ante a inexperiência e a preocupação em "dar conta o recado". Profissionalizar é permitir que o professor ministre as disciplinas nas quais está habilitado.

h) Ademais, muitos mestres necessitarão de tempo especial para cursos de aperfeiçoamento, estudos adicionais, especialização, etc. A chamada Educação permanente pela Lei 5692/71. O Regime de 14 horas seria então, o ideal para tais mestres.

16 — Que seja acrescentado um parágrafo nos seguintes termos:

"Até sessenta (60) dias após a elaboração da lista tríplice, o Secretário de Estado da Educação e Cultura designará um dos três nomes, para mandato de três (03) anos".

Assim fica definido o mandato do diretor e após três (03) anos terá que ser renovada a indicação.

Os modelos teóricos, abstratos e matemáticos nós também os conhecemos. Mas precisamos realizar, antes de serem aplicados uma análise sistemática da realidade.

Nossas intenções são as mais honestas possíveis. Queremos apenas o bem do Estado e da Educação. Não temos vantagens

classistas nesta reivindicação. Foram ouvidos centenas de professores do Estado, analisados estatutos de outros Estados, a Legislação Federal, a Jurisprudência. Além disso, ouvimos técnicos, mestres e doutores em Educação, alguns, inclusive, com mestrado em Administração de Sistemas Educacionais, num verdadeiro trabalho interdisciplinar.

Apresentamos soluções práticas para o grande problema do Estado. Todos os anos "fura" a previsão orçamentária para aulas suplementares. É exatamente por falta de um modelo mais adequado de lotação de pessoal, de previsão.

Estas são nossas principais reivindicações, e são para o bem da Educação. São frutos da experiência dos mais diferentes professores e especialistas, e obtidas de todas as regiões de nosso Estado. Estamos dispostos para o diálogo e para a argumentação na defesa das mesmas.

Solicitamos o empenho de Vossa Excelência no sentido de que sejam incluídas em nosso Estatuto.

Aproveitamos a oportunidade para enviar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Eduardo Tavares Pereira
Presidente da APP

Argemiro Aluízo Karling
Presidente da APLP

EM TEMPO: Íamos esquecendo de solicitar:

17 — Que seja acrescentado ao parágrafo único do artigo 114 do Substituto Geral o que segue:

"... não sendo nunca inferior a 15 por cento o número de horas-permanência em relação ao número de horas-aula".

Assim estaria sendo remunerado o professor pela sua permanência obrigatória no estabelecimento. Ele tem reuniões, planejamentos, conselhos de classe, etc., quase que diariamente. Não há necessidade de controle, pois são atividades obrigatórias e que o Professor já vem cumprindo, mas sem ter a remuneração correspondente.

18 — Que seja revogado o Decreto 1495.

Os motivos são já sobejamente conhecidos de todos.

Exmo. Sr.

Deputado Oswaldo Macedo

Assembléia Legislativa

Curitiba - Pr".

Sr. Presidente, e Srs. Deputados, fizemos questão de ler este documento que recebemos destas duas entidades de classe, para mostrar que o Substituto Geral apresentado pela Comissão Especial não pode ser entendido e nem pode ser aceito como definitivo. Ele necessita de correção, necessita de alteração, necessita de ser emendado. E, esta Casa, a partir de amanhã, poderá e terá oportunidade de fazer essas correções que o Estatuto exige e que a educação do Paraná exige.

Achamos que esse documento não será documento nem da ARENA, nem do MDB. Os Professores do Paraná não pertencem a este ou àquele Partido. A educação não tem Partido. Será um documento elaborado pelo Poder Legislativo desta Casa. Nós sabemos que existem interesses em conflito, às vezes. Podemos conflitar interesses do Governo e interesses do Professor, mas que, nesta hora é preciso que se atenda sobretudo o interesse da educação. O Estado não é um ser superior; não é um ser criado para ser algoz de ninguém. Quem criou o Estado foi o próprio homem e o Estado só dará validade à sua função e à sua missão quando atender ao interesse e direito do próprio homem.

Ainda hoje a nacada do MDB estará reunida após esta sessão para analisar as possíveis emendas que deverão ser apresentadas na sessão de amanhã. E esperamos, que as emendas que apresentaremos sem preocupação eleitoral e, ainda hoje, foi-nos perguntado que vantagem eleitoral poderia o MDB tirar da votação do Estatuto do Magistério. E eu respondi: nenhuma.

Não nos preocupa qualquer vantagem na área eleitoral. Preocupa-nos, isto sim, que possamos cumprir a contento, e

com fidelidade e com honestidade a nossa obrigação. Nós o faremos. Faremos em termos de bancada, porque aqui se reúne em termos de bancada. Mas acredito que amanhã, quando aqui estiverem reunidos os cinquenta e quatro Deputados nós o façamos em nome do Poder Legislativo, adotando e admitindo as sugestões e as alterações que os professores reclamam e que justificam, mostrando a procedência destas alterações.

E esperamos também, que a partir da sessão de amanhã, possamos ter resposta para uma grande interrogação, para uma grande dúvida do Magistério paranaense.

Há mais de um ano que o Estatuto aqui está. O Governo do Estado mandou, porque é da sua competência exclusiva mandar. Nenhum Deputado poderia ter a iniciativa de apresentar o Estatuto do Magistério. A iniciativa é da competência exclusiva do Governo do Estado.

Esperamos, portanto, que na sessão de amanhã, algumas dúvidas sejam respondidas, notadamente com relação à tabela de vencimentos. Porque teve tempo o Estado de, na previsão orçamentária, que já fez nas áreas do Estatuto do Magistério, de fixar sua posição, e é preciso que esta posição, que esta tabela de vencimentos, seja também conhecida por esta Casa quando aqui se discute o Estatuto do Magistério. E esperamos e apelamos, para que a Liderança do Governo traga amanhã, para conhecimento do Magistério Paranaense, a tabela de vencimentos, que cremos, o Governo já deve ter elaborado.

São estas, Sr. Presidente, foram estas, as considerações que julgamos oportunas, fazer no dia de hoje.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Continua em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei número 186/75, permaneçam como estão. — APROVADO. Aprovado por unanimidade. —

Sobre a mesa, requerimento de autoeia do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Romão Neto, Prefeito Municipal de Porto Rico. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Angelo Urio, ocorrido na cidade de Francisco Beltrão. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Romão Neto, Prefeito Municipal de Porto Rico. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "Quem responde pelo Turismo em Guaira", publicado no jornal "Jornal dos Municípios", bem como, seja encaminhado expediente à PARANATUR, pleiteando providências para incrementação do turismo nas Sete Quedas. — APROVADO — (O artigo acha-se transcrito no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, protestando contra o monopólio da exploração dos serviços de transporte de passageiros na linha direta Ivaiporã-Curitiba. — Em discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Valter Pietrângelo, quis fazer um cavalo de batalha com o mesmo. Poderia significar melhor, demagogia política, com este requerimento.

Ousando, afirmar, aqui neste Plenário, que a Secretaria

dos Transportes e DER, vêm permitindo, monopólio na exploração dos serviços de transportes de passageiros, demonstrou nem sequer conhecer o regulamento daquele órgão, ou dar-se ao trabalho de procurar analisar a concorrência legal, realizada naquela Pasta de Estado, Sr. Presidente.

Ontem, para a linha Ivaiporã - Curitiba, saíram vencedoras duas empresas, conforme determina o regulamento dos serviços de Transporte de Passageiros do Estado do Paraná, através do Decreto 5246. As empresas vencedoras daquela concorrência, foram: Viação Garcia Ltda., no entender do Deputado, detentora do monopólio e a Empresa do Ivai SA. Participavam ainda da concorrência, e volto a repetir, foi legal, mais duas empresas: Expresso Nordeste e o Expresso Princesa dos Campos SA.

Eu tenho em mãos, Sr. Presidente, a Ata da concorrência, bem como, cópia do edital número 01/76, alusivo à mesma, que prova sem sombra de dúvidas, que nada de irregular foi constatado, na concessão da referida linha às duas empresas vencedoras.

Para o conhecimento do Plenário, do Edital de concorrência, consta a obrigatoriedade da seleção de duas empresas transportadoras para explorar os serviços.

E vou mais além, Sr. Presidente. Não se permite a participação de consórcios ou grupos de firmas em cujas composições sociais constem o mesmo sócio majoritário, ou atividades de gerência em ambas.

O Deputado Valter Pietrângelo, entende por monopólio, uma vez que na exploração de transporte coletivo existem mais de 59 empresas credenciadas. A linha Londrina-Paranavaí, também citada pelo eminente Deputado, é fruto do trabalho pioneiro que foi acompanhando a expansão do Norte do Estado. E ninguém desconhece o pioneirismo daquela empresa, naquela região.

A linha Curitiba-Paranavaí, é resultante de concorrência pública, através de editais publicados em 1957.

A linha Curitiba-Londrina, via Rodovia do Café, no conceito do Deputado Pietrângelo, apenas uma empresa era classificada, como empresa para exploração de serviço.

Quanto às irregularidades apontadas nos ônibus da empresa, o nobre Deputado há de convir que essas mesmas irregularidades existem em todas as empresas.

Mas, isso não impede, como nunca impediu, que essas empresas sejam advertidas e punidas constantemente, através da Fiscalização de Transportes Coletivos do DER.

E hoje está sendo lançada a concorrência pública para a linha Guaíra-Curitiba, via Apucarana, e se enseja, Sr. Presidente, que, nos termos do Regulamento, todas as empresas qualificadas possam habilitar-se para aquele referido trecho.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, além do Edital de Concorrência expedido, e que deu origem à concessão desse trecho a duas empresas, e não a uma, como afirma o requerimento do eminente Deputado, em que se dá, além do objetivo da concorrência, da documentação correspondente à habilitação, a prova de capacidade e idoneidade técnica, a prova de capacidade e idoneidade financeira, a documentação correspondente e tudo que se refere à legislação, aos veículos e às instalações, aquecimento, manutenção, etc, Enfim, Sr. Presidente, observa-se que além do Edital de Concorrência está todo ele calcado no respeito ao que preceitua o Regulamento.

Tenho em mãos, também, Ata da sessão de Recebimento e Julgamento da documentação de habilitação e as respectivas propostas em atendimento ao que preceitua — como disse — o edital.

E essa Ata, Sr. Presidente, não está subscrita só pelas vencedoras, mas também pelas firmas que, tendo participado da concorrência, participaram da abertura das propostas e acatarem o julgamento, porque respeita, como disse, totalmente o Regulamento.

Por essa razão, Sr. Presidente, por considerar que o requerimento teve objetivo eminentemente político, e até desrespeito-

so em termos que está posto, solicito ao ilustrado Plenário que vote contrariamente à matéria.

O Sr. Adalberto Daros — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, escutei com atenção as palavras de V. Exa. quando colocou, neste Plenário, aspectos referentes a concessões, através da Secretaria dos Transportes.

V. Exa. citou, em duas ou três vezes, editais, razão pela qual, nobre Deputado estou à espera da explicação que V. Exa. ficou de trazer a este Plenário e que diz respeito àqueles editais publicados por essa Secretaria. Editais que comprovamos erroneamente.

Espero que V. Exa. numa oportunidade, nesta semana, talvez, possa trazer as explicações por mim solicitadas e também dizer quem autorizou as concorrências e a publicação das mesmas no "Jornal dos Bairros" a que se referiu.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. tem memória curta ou eu devo estar atarefado ao ponto de não saber mais o que digo neste Plenário. Lembro ao eminente Deputado que afirmou, desta tribuna, e em aparte que V. Exa. tão democraticamente concedeu, que se V. Exa. pretendesse obter do Secretário dos Negócios do Transporte, qualquer informação, relativa à publicação de editais de concorrência pública, no "Jornal dos Bairros", de Curitiba, eu haveria de subscrever com V. Exa. o pedido de informações.

Dava, neste meu testemunho a prova de que nada há que o Governo pretenda esconder neste episódio. V. Exa. não requereu, não solicitou, não pretendeu obter, como não requereu pedido de informações. Não cabe "exponete própria" ao Sr. Secretário responder indagações deste Plenário, porque não sabe quais os detalhes que V. Exa. deseja conhecer.

O Sr. Adalberto Daros — V. Exa. deve estar lembrado também, quando o Deputado Basílio Zanusso, foi à tribuna falar sobre o assunto referente às auto-escolas, e o Deputado, naquela oportunidade, referindo-se ao que havíamos dito da tribuna, disse que o Líder da ARENA haveria de trazer a este Plenário, eu me lembro e os Anais estão aí para constatar — disse o Deputado Basílio Zanusso que V. Exa. traria a plenário, razão pela qual não fiz o pedido de informações.

O SR. IVO THOMAZONI — Tenho por V. Exa. muito respeito e sei que sempre mereci de V. Exa. o mesmo tratamento. Todavia, o eminente Deputado deve considerar que pedidos de informações, regimentalmente, devem ser apresentados por escrito, acolhidos com nosso apoio. V. Exa., constitucionalmente, terá a resposta às solicitações que fizer.

Reafirmo, subscreverei com V. Exa. o pedido de informações. E adianto mais: V. Exa. haverá, ao receber a resposta às indagações, mais do que eu haverá V. Exa. de aplaudir a atuação do Sr. Secretário de Transportes, que quando informado, através da denúncia feita por V. Exa. desta tribuna, conferiu a validade da denúncia. Não estou dizendo aqui que a denúncia não tem procedência. Tanto tem, que o Sr. Secretário puniu o responsável. E vou mais além. V. Exa. receberá as informações com detalhes, demonstrando que o titular da Secretaria de Estado adotou medidas saneadoras, exatamente aquelas preconizadas pelos Deputados da ARENA e do MDB, sempre, nesta Casa.

O Sr. Adalberto Daros — Esta semana ainda, terei o prazer de apresentar o requerimento e gostaria de contar com a assinatura de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Perfeitamente, honra-me muito apor minha assinatura logo abaixo da sua. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Continua em discussão. Concedo a palavra ao autor do requerimento, Sr.

Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho muito respeito pela conduta e opinião do Deputado Ivo Thomazoni, ilustre Líder do Governo e da bancada da ARENA, nesta Casa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho a esclarecer o seguinte: ao propor esta mensagem de protesto à Secretaria de Transportes, absolutamente não afirmei, como disse o Deputado Ivo Thomazoni, que aquela Secretaria procedeu a abertura de Edital de Concorrência para a linha de transporte coletivo Ivaiporã - Curitiba - Ivaiporã, de forma ilegal. Aí, já, o Deputado Ivo Thomazoni não falou a verdade.

Apesar da forma legal, que foi procedida a abertura dessa concorrência, ela se constitui em uma imoralidade, pela participação da Viação Garcia.

O Sr. Deputado Ivo Thomazoni está preocupado em ficar do lado da empresa...

O Sr. Ivo Thomazoni — Das empresas.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Este Deputado, Sr. Presidente, se preocupa tão somente, em ficar ao lado do usuário, do cidadão que, desgrazadamente, precisa utilizar o serviço do transporte coletivo para se locomover neste Estado e deste Estado.

Este Deputado tem tido a amargura de necessitar dos serviços da Viação Garcia, principalmente para se dirigir desta Capital à cidade de Maringá. Este Deputado tem recebido em seu Gabinete, telefonemas, tem recebido a visita de centenas de estudantes do Norte do Paraná, que nos fins de semana, vêm pedir carona para lá chegarem porque a Viação Garcia não dispõe de ônibus suficientes para poder realizar esse transporte.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Já concederei. Não é possível suportar tamanho descaso, tamanho desrespeito ao cidadão, à criatura humana por parte de empresas que só visam o lucro fabuloso, o lucro inconcebível. Aí reside fundamentalmente a razão de nosso requerimento, apesar da forma legal em que se processou a concorrência. A Viação Garcia, o Paraná todo conhece, tem o monopólio do transporte coletivo...

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Já concederei.

Nobre Deputado, V. Exa. pode estar certo que esta história toda vai culminar com uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para analisar a situação dos transportes coletivos do Paraná.

O Deputado Ivo Thomazoni que muito preocupado está em defender a Viação Garcia, já está convidado para subscrever o requerimento de Comissão Parlamentar de Inquérito que iremos solicitar.

Nós, Sr. Presidente, para cá viemos para defender os interesses do trabalhador deste Estado, do operário, do estudante, da senhora, da criança e do velho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho sofrido, também, o mal atendimento desta empresa. Reverencio e aplaudo desta tribuna o pioneirismo da Viação Garcia. Não será pelo fato da Viação Garcia ter aberto picadas, enfrentando a agressividade do sertão e das nossas estradas sem asfalto, que devo calar a minha boca e não deva denunciar nesta Casa, que é a Casa do Povo, este mau atendimento, este desrespeito.

É por isso que a Viação Garcia ao ganhar a concessão, mercê de seus méritos, para explorar a linha Ivaiporã - Curitiba, não deixou se caracterizar uma imoralidade deste Estado, quando o Governo está ciente de que o povo está sendo ofendido e mal servido.

O Governo precisa intervir com as armas que tem, com a força que possui, para obrigar que as concessionárias primeiro atendam bem, sirvam com dignidade a área, tratando-se de transporte coletivo, faça servir primeiro bem, onde ela está, para depois lhe ser entregue a competência para atendimento em

ou de outra localidade.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Agradeço a atenção de V. Exa. nobre Deputado, V. Exa. que conhece, tão bem quanto eu, a região do Vale do Ivaí.

Já tive oportunidade de fazer pronunciamento nesta Casa, tão logo foi dada a concessão às duas empresas, a Viação Garcia e a Princesa do Ivaí.

Conhece tão bem V. Exa., a Princesa do Vale do Ivaí, que atende tão bem aquela região e, que, com a concessão desta linha Ivaiporã-Curitiba, a Princesa do Ivaí já vinha atendendo Ivaiporã-Ponta Grossa e, é pioneira naquela região, e a Viação Garcia que atende também de Jandaia do Sul a Curitiba, foram as duas empresas mais antigas que dão atendimento àquela região.

Foi recebido com alegria, com entusiasmo por todo o povo daquela região, porque não vai atender, esta linha, só Ivaiporã, esta linha vai atender também Borrazópolis, vai atender São João do Ivaí, vai atender Caloré, porque a Princesa do Ivaí faz toda aquela região e a conexão de passageiros daqueles vários municípios, que são 16 municípios do Vale do Ivaí.

Dará um completo atendimento a esta região.

Foi recebido com entusiasmo, acho que foi feito bastante critério porque eu venho acompanhando desde 1973, quando apresentaram a proposta para a criação desta linha Viação Garcia e a Princesa do Ivaí.

Fizeram os dois em conjunto por se tratar das duas empresas que exploram aquela região.

Acho que foi feito com bastante clareza e veio atender, condignamente, a região do Vale do Ivaí.

Muito obrigado nobre Deputado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Já concederei o aparte ao Deputado Ivo Thomazoni.

Agradeço a participação do companheiro Gilberto Carvalho e reafirmo que eu sou totalmente a favor.

A linha Ivaiporã-Curitiba, como também Ivaiporã-São Paulo, Ivaiporã-Rio de Janeiro, o Interior, principalmente o Interior do Paraná, que produz as riquezas deste Estado, precisa, efetivamente, ter condições de se locomover com eficiência.

Estou totalmente a favor, e acho que há necessidade de ampliar, de forma bastante acentuada os nossos serviços de transporte coletivo.

Se lá em Ivaiporã, ainda irá existir a presença benéfica da concorrência através da Empresa Princesa do Ivaí, contra os maus serviços, contra este monopólio exercido pela Viação Garcia, V. Exa. há de convir que de Maringá a Curitiba, lamentavelmente, Paranavai-Curitiba, está a Viação Garcia como poderoso absolutista a ter uma prestação de serviços realmente ofensiva a nossa gente.

Eu quero conceder o aparte ao Deputado Ivo Thomazoni.

O Sr. Ivo Thomazoni — Agradeço a V. Exa., a honra que me dá em intervir no debate desta questão.

Sr. Deputado Valter Pietrângelo, V. Exa. não é a primeira vez, ao comentar assunto que no entender de V. Exa., não está corretamente posto.

V. Exa. usa de expressões altamente ofensivas à dignidade de quem as comentou.

Tenho em mãos, eminente Deputado, o requerimento de V. Exa.

Vejo, eminente Deputado, que V. Exa., ao lançar veemente e indignado protesto contra o Estado, coisas que V. Exa. enumera, - fala em denunciar desmandos; fala - e V. Exa. repete no monopólio exercido pela Viação Garcia, em transportes coletivos de passageiros, da região Norte à Capital do Estado.

V. Exa. refere-se a "tão inqualificáveis serviços" e daí

por fora, e diz, até, plagiando um hino que orgulha o Governo e orgulha a nós da ARENA, "Este é um País que Vai Pra Frente", que esta é uma empresa que vai pra frente etc...

V. Exa. tem sido jocoso na colocação da redação do requerimento que V. Exa. tem apresentado nesta Casa.

Mas, cada um escreve o que quer.

Mas, possibilita-nos, eminente Deputado, a bem da verdade, que digamos aqui, que não se cometeu nenhuma arbitrariedade, nenhum desmando, nenhum deslize.

Cumpriu-se à risca o que determina o regulamento dos transportes coletivos, pela Secretaria dos Transportes e pelo DER.

Participaram 4 empresas, e, nos termos do regulamento, venceu uma empresa como V. Exa. repetidamente desta tribuna, quer fazer crer a este Plenário e que tenha sido a Viação Garcia.

Venceram as duas empresas para explorar o trecho em concorrência, que visa interligar em linhas diretas o trecho Ivaiporã-Curitiba: a Viação Garcia Ltda. e a Empresa Princesa do Ivaí S.A.

Foi isto que eu disse da tribuna, eminente Deputado.

Agora, V. Exa. me autoriza a que eu diga que as críticas violentas que V. Exa. faz contra o Expresso Garcia têm motivação político-eleitoreira, porque nós sabemos que um dos titulares desta firma é candidato da ARENA a uma Prefeitura importante no Norte do Estado do Paraná.

V. Exa. nos dá o direito de vermos em V. Exa. já que V. Exa. usa este tipo de redação, uma pretensão política que nós não podemos abrigar, sob pena de estarmos aqui a concordar com o que se diz à margem de tudo que é legal ou que foi feito.

Era isso eminente Deputado.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Eminente líder da ARENA confundiu-se mais uma vez.

O meu requerimento é claro, o que está escrito aqui eu vou ler.

Eu não disse que foi apenas a Viação Garcia que ganhou a concessão da linha Ivaiporã-Curitiba.

Está aqui escrito: (Lê). Ora, para se analisar o gabarito de uma empresa que disputa uma concorrência pública, quais seriam as características?

Eu tenho a impressão, Sr. Presidente, Srs. Deputados que a principal característica desta empresa seria o seu passado; a sua honorabilidade, em termos de que?

Ora bolas, o que é que a empresa de ônibus vai fazer?

Ela vai prestar serviços ao homem, à comunidade.

Evidentemente, é necessário observar-se como ponto fundamental, na concorrência pública.

Aqui, quem fez a concorrência, a Secretaria de Transportes e, é obrigação diante de Deus e do Paraná, que o órgão do Governo defenda os interesses do povo e, não, da empresa, da organização.

Pois bem, ao ítem fundamental, a Secretaria de Transportes não deu importância.

O povo que vá às favas.

Ora, se eu escrevi aqui e tomarei a frisar, que são públicas e notórias as costumeiras queixas dos Srs. passageiros contra o péssimo estado de conservação dos veículos, contra os constantes e vergonhosos descumprimentos dos horários, contra o desconforto e insegurança, ora, isto basta para desclassificar uma empresa que se propõe a levar este desconforto, esta insegurança, este desespero, este desrespeito a uma outra região do Estado.

Imoralidade da Secretaria de Transportes... Deveria,

primeiramente, observar isto, como ponto crucial de importância maior, para poder julgar a Viação Garcia como uma das vencedoras.

O Sr. Basílio Zanusso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Valter Pietrângelo, quando V. Exa. vai à tribuna para discutir assunto que diz respeito ao Estado do Paraná e, muito especialmente, à região que também represento nesta Casa, parte dela, juntamente com V. Exa. e outros ilustres Deputados, eu faço a solicitação deste aparte, para fazer duas referências que acho oportunas e necessárias.

A primeira delas, Sr. Deputado, é para posicionar a argumentação e a palavra do Deputado Ivo Thomazoni, que não entrou no mérito das condições de serviço que presta a Garcia Transportes Coletivos do Paraná,

O Deputado Ivo Thomazoni argumentou a legalidade, a legalidade da concorrência efetuada pela Secretaria de Transportes.

Se, V. Exa. tem dúvidas quanto à legalidade da concorrência pública, V. Exa. deverá dizer quais foram os pontos falhos e desatendidos da lei.

Apenas concluindo, o segundo, é para o seguinte:

Eu também fico até feliz em ver V. Exa., da tribuna falando desse assunto, porque a palavra de V. Exa. vem somar a pronunciamentos anteriores feitos por deputados daquela região.

Lembro-me bem, das palavras do Deputado Gabriel Manoel, e, não faz muito tempo, quando em requerimento que apresentava a esta Casa solicitava para que a Rede Federal se pronunciasse com relação ao aproveitamento da Estrada Central do Paraná, objetivando, acima de tudo, condições, melhores condições de transporte de passageiros da região Sul-Norte.

Eu também, naquela oportunidade, dizia da necessidade de a Estrada de Ferro Central do Paraná, dar condições de transporte aos usuários paranaenses.

E eu também confesso solidário com V. Exa., principalmente, se não da qualidade de serviços, mas, de algumas providências, principalmente, às sextas-feiras e segundas-feiras.

E não é só a Empresa Garcia.

As outras também; o Expresso Maringá a que V. Exa. se referiu, que faz também Curitiba-Maringá, Cianorte, Umuarama; também essas empresas nas sextas-feiras e nas segundas-feiras, normalmente, como também em ocasiões tantas que, por festas ou datas cívicas, senama da Pátria, tantos motivos, tantos, fazem com que o número de passageiros seja maior que o normal nas rodoviárias do Estado, principalmente na Capital.

Daí termos solicitado aparte a V. Exa. para estas duas observações: primeiro, à posição do Líder da bancada, que não quer discutir os serviços, não fez referência às qualidades dos serviços, falou isto sim da concorrência pública, e eu também, solidarizando-me com V. Exa. em aparte, ao seu pronunciamento, de que, realmente, há necessidade de que se dê melhores condições de transportes aos usuários, a quem usa ônibus, e se houvesse trem, muito especialmente que, é o homem simples, o trabalhador, o desprovido de recursos.

Concordo com V. Exa. e me pronunciei neste caso a este respeito.

Daí eu ficar solidário com V. Exa. mas simplesmente no que diz respeito a isto e nada com respeito a esta ou aquela empresa.

À falta de horário, à falta de ônibus. E, concluindo digo, que, às sextas-feiras e segundas-feiras e em outras ocasiões festivas, não vejo maneira de resolver este problema dos horários e seria oportuno ao Paraná, que a Estrada-de-Ferro Central do Paraná desse essa condição.

Obrigado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço o aparte de V.

Exa. e confesso que, realmente, eu não conheço a profundidade do problema, a política que preside o serviço de transportes coletivos no Estado e fora dele, mas irei me aprofundar no assunto.

Nós haveremos de, nesta Casa, com o respaldo da inteligência de V. Exa. e de nossos Companheiros, atuar junto ao Poder Executivo para que seja estabelecida uma concorrência benéfica nesse setor, porque, realmente, há uma necessidade fundamental de se aprimorar esse tipo de serviço público.

Eu não disse, absolutamente, que a concorrência que a Secretaria dos Transportes fez, foi ilegal.

Eu disse que foi imoral.

Porisso eu entendo que a característica para se escolher as duas empresas seria, efetivamente, a qualidade dos serviços que elas estão prestando.

Eu concordo com o Sr. Deputado Ivo Thomazoni quando diz que todas as empresas oferecem serviços precários, mas os serviços prestados pela Viação Garcia são o fim da picada, pior de todos.

É uma barbaridade e a Viação Garcia atua justamente nos eixos onde a afluência de usuários, a movimentação de pessoas é bem maior que nas demais regiões.

Entendo que a Secretaria de Transportes ao não levar em conta essa qualidade de serviços, prevaleceu o desmando, prevaleceu o monopólio, porque, ora, ficar contra o interesse do povo, somente por forças escusas e estranhas...

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Tenho para mim que lhe assiste razão na denúncia que faz V. Exa.

Em termos gerais e como regra o transporte coletivo do Estado do Paraná presta, na verdade, um desserviço à população, presta um desserviço ao usuário.

Tem razão e assiste razão quando V. Exa. levanta esta questão.

E aqui já se falou e outros Deputados vieram em abono ao que disse V. Exa.

E não só na área inter-municipal. A própria área municipal está merecendo um estudo mais acurado, está merecendo uma análise mais séria. O que ocorre, nobre Deputado, é que por qualquer razão quando aqui chegamos a esta Casa, esta questão que deveria merecer da Assembléia Legislativa, que deveria merecer do Poder Legislativo uma fiscalização mais atuante, mais de perto, deveria merecer um cuidado mais zeloso, já estava daqui distanciada.

Precisamos retomar as iniciativas que cabem a esta Casa; precisamos retomar o caminho pelo qual esta Casa deve trilhar.

E o requerimento de V. Exa., que talvez não tivesse esse objetivo, ante a impertinência apresentada pela liderança da ARENA, acaba por nos levar àquilo que já está propondo V. Exa., a um trabalho de investigação mais profunda, porque me parece que não é mais possível continuar a situação que aí está.

Não é mais possível continuar a questão no ponto em que se encontra.

Tem razão V. Exa. Proponha V. Exa. Façamos a investigação que o caso está a merecer.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Muito obrigado, Deputado Enéas Faria, que compreendeu e entendeu o objetivo e o espírito e a essência de nossa matéria.

As denúncias que têm chegado a este Deputado, as informações que tenho recebido dão conta de fatos, de negociações gravíssimas.

E, por esta razão, há necessidade de realmente se instaurar uma investigação detalhada para que possamos sugerir ao Poder

Executivo medidas, para que possamos cobrar do Poder Executivo uma atuação mais a contento.

O Sr. Lúcio Machado — Permite-me um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Nobre Deputado Valter Pietrângelo, o requerimento de V. Exa. é realmente um retrospecto de que cheira, acima de tudo, a negociata de Departamentos responsáveis com concessionárias de transporte coletivo neste Paraná.

Eu recebi ontem, em meu gabinete, um abaixo-assinado, portanto inúmeras subscrições, de queixas da irresponsabilidade da empresa de transporte coletivo com a denominação de Princesa do Norte e que faz o percurso de Curitiba à cidade de Ourinhos, no Estado de São Paulo.

Queixas de que o serviço é um dos piores apresentados e é o único que existe neste trajeto, que corresponde ao transporte coletivo para mais de vinte e seis municípios.

Queixam-se de que os preços são violentamente aumentados a cada mês que passa, sem nenhuma tomada de posição por parte da Secretaria de Transportes.

E que fazem mais, Sr. Deputado. Na minha cidade onde se encontra instalada a sede da empresa Princesa do Norte, guardas rodoviários acintando a próprio Lei Nacional do Trânsito, prendem transportadores e empregados que levam em suas camionetes homens para o trabalho, a mando da empresa Princesa do Norte.

Há muitos e muitos anos isso vem acontecendo.

Eu acho que já é tempo de se aprovar requerimento da natureza deste apresentado por V. Exa. e até apontado como malcriado, porque o estado de coisas é tão grande, a falta de respeito ao direito público é tão grande por parte das empresas de transporte coletivo, que até a segurança do povo que tem que ser transportado corre risco todos os dias.

A empresa Princesa do Norte, apesar de denunciada por nós, aqui, o ano passado, cuja denúncia encaminhada à Secretaria de Transportes e sem nenhuma resposta, mantém funcionários num trabalho de vinte e vinte duas horas em período noturno, transportando passageiros, havendo conseqüentemente, quase sempre, fatos que levam, ou levaram recentemente até passageiros dessas empresas, à morte.

Acidentes e mais acidentes têm ocorrido pelo excesso de trabalho que esta empresa impõe aos seus funcionários.

Aumentos horríveis nas tabelas de preços dos transportes, ocorrem de mês em mês.

Parece-me que a concessionária tem um privilégio extraordinário, porque normalmente, nos fins de semanas, eles não têm coletivos, a quantidade, para transportar e satisfazer as necessidades de transportes, neste trajeto.

E os passageiros ficam sem se locomover.

E já tentaram, outras concessionárias, a provocar uma concorrência pública, para entrarem neste trajeto, e não conseguiram.

Então, V. Exa. tem razão, quando acusa veementemente, a participação injusta de uma Secretaria de Governo, em favor de empresas que exploram o povo, e ganham concorrência.

V. Exa. tem meu voto favorável a este requerimento. Muito obrigado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço a participação do Deputado Lúcio Machado que inclusive, deixou gravada uma acusação seríssima.

Evidentemente, que iremos apurar, quem é o responsável.

Tem o aparte o Deputado Osvaldo Macedo.—

O Sr. Osvaldo Macedo — Muito obrigado.

Deputado Valter Pietrângelo, queria inicialmente, louvar a atitude de V. Exa., trazendo a debate do Plenário, matéria de

tamanha relevância.

Preciso, no entanto, Deputado Valter Pietrângelo, trazer ao seu conhecimento uma informação, que já é do conhecimento da liderança da nossa bancada. Inicialmente, preciso dizer que é justamente esta a função do Poder Legislativo: Fiscalizar, denunciar, observar.

Mas, sobretudo, é sua função, dentro do âmbito estreito que ainda resta da sua competência, legislar sobre matéria que lhes são afetas.

Em maio ou junho deste ano, o Ilustre Deputado Del Ciel apresentou a esta Assembléia, e foi por ela aprovado, um requerimento, solicitando informações junto à Secretaria dos Transportes, sobre o regime de exploração dos serviços de transportes intermunicipal do Paraná, sobre as empresas que obtiveram concorrência, o prazo das concessões concedidas, modelos dos contratos e as exclusividades existentes.

E dizia ele neste requerimento que o fazia, para se munir de elementos, de documentos, para oferecer à apreciação desta Casa, um projeto de lei, disciplinando o transporte intermunicipal do Paraná.

De vez que a Constituição do Estado, confere a esta Assembléia, poderes para esta disciplina através de Lei e iniciativa deste mesmo Poder.

Diante disso, porque hoje ao que me parece, a disciplina do transporte intermunicipal está regulada por Decreto do Governo do Estado, que confere ao Departamento de Estradas de Rodagem, poderes para fazer a concorrência e outorgar concessões.

Parece-me que é, da competência, mais do que da competência, da obrigação desta Assembléia, regular de forma definitiva, que atenda os interesses do Paraná, o interesse público, e o interesse do usuário do Paraná, o sistema de transporte intermunicipal do Paraná.

Creio, que talvez seja um trabalho importante a ser realizado por esta Assembléia depois do Estatuto do Magistério.

E se não for possível que façamos ainda este ano, porque estamos no ano eleitoral, pelo menos, as primeiras providências já foram tomadas.

E creio que o mais tardar, no ano que vem, esta Assembléia poderá apreciar projeto de lei referente a essa matéria.

Fica, portanto, através do pronunciamento de V. Exa., atitudes de protesto contra o descaso de uma empresa que atende serviço coletivo.

Nesses termos, gostaria de solicitar a sua colaboração para um projeto nesse sentido, bem como a colaboração do Deputado Lúcio Machado e de outras Deputados que conhecem de perto o problema dos transportes do Paraná, para que colaborem com esse documento em que estamos empenhados e que o Deputado Del Ciel está propenso a elaborar.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sou grato pela participação do Deputado Osvaldo Macedo.

Concedo aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Ilustre Deputado, agradecemos o aparte que V. Exa. nos concede e queremos fazer um pequeno reparo ao aparte do Deputado Lúcio Machado.

Não sabemos o motivo que moveu S. Exa. a atacar, naquele instante, naquele momento, a Secretaria de Transportes, quando se inaugura uma estrada, dia 16, de Jaguariaíva a Santo Antônio da Platina.

Queremos refutar as acusações aos humildes guardas rodoviários que estão zelando pela manutenção da segurança de nosso povo. Porque, não podemos admitir que se carregue carga humana em cima de caminhões que carregam animais.

Ônibus têm que ser fiscalizados, para carregar gente; caminhão que carrega carga viva, porco, cavalo, ou outro animal

qualquer, também deve ser fiscalizado.

De maneira que o nobre Deputado está confundindo "cachaça de tatu com serenata", porque as empresas de ônibus têm as suas tabelas de preços ditadas pela fiscalização do DER.

E esses mesmos guardas que fiscalizam os ônibus, também fiscalizam os caminhões, mas procuram, acima de tudo, dar conforto e segurança aos passageiros.

Estamos de pleno acordo, nobre Deputado, quando V. Exa. reclama o bem estar da gente de nossa terra.

E por isso, nas nossas rodovias estão sendo colocados guardas de trânsito, guardas rodoviários, para protegerem nossa coletividade.

Portanto, não vamos admitir que tiradas demagógicas como essa e dizer que se carregue gente em cima de caminhões.

Porque, se os fazendeiros querem transportar os "boias-fria", que usem transporte adequado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço a participação do nobre Deputado Gabriel Manoel.

Sr. Presidente, terminando, devo acrescentar que as denúncias são seríssimas também com referência aos aumentos absurdos, insuportáveis, inconstitucionais, que têm marcado principalmente o preço dos serviços prestados pela Viação Garcia.

Com referência às insinuações do Deputado Ivo Thomazoni, que estaríamos apenas propondo uma matéria eleitoral, com fins eleitorais, porque, em Londrina, um dos Diretores da Viação Garcia, homem prepotente e poderoso, disputa a Prefeitura Municipal, e que a nossa matéria não teria outro fim a não ser desgastar, achincalhar sua pessoa, quero dizer ao Deputado que absolutamente esse não foi o intuito, apesar de que, evidentemente, o povo de Londrina, povo que exige respeito, povo que exige um Prefeito humano, um Prefeito sério, um Prefeito bem, irá efetivamente cobrar daquele candidato a Prefeito esse descanso, esse mau serviço.

Em razão das informações transmitidas pelo líder, Deputado Osvaldo Macedo, de que entrará em pauta matéria competente, já proposta pelo eminente Deputado Del Ciel, visto que nós haveremos de contar com a participação que deverá ser brilhante, da bancada da ARENA, pois evidentemente não terá atitude diferente, é bom lembrar que o Deputado Ivo Thomazoni propôs uma CPI para defender os interesses do consumidor e, é bom lembrá-lo que aquele que usa o ônibus, o transporte coletivo, é efetivamente também um consumidor em potencial.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo haver registrado o meu protesto, cumprindo minha intenção e meu trabalho e consultaria o Sr. Presidente da possibilidade de retirar da pauta o presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Se V. Exa. o requerer, esta Presidência deferirá a solicitação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Requeiro a retirada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Assim sendo, a Presidência determinará a retirada do requerimento do Deputado Valter Pietrângelo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quarta-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 186/75.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO VALTER PIETRÂNGELO, EM SESSÃO DO DIA 12 DE OUTUBRO DE 1976.

"Quem responde pelo turismo em Guaíra?"

A ponte pêncil que outrora representou a segurança para os turistas que demandavam às cachoeiras das Sete Quedas, no Parque Nacional, em Guaíra, hoje encontra-se em estado de deterioração, colocando em risco a vida dos que ainda pretendem conhecer aquela maravilha da natureza, antes que a cidade fronteira com o Estado do Mato Grosso, venha pagar o alto tributo ao desenvolvimento, com a inundação do Rio Paraná, para dar lugar à maior usina hidrelétrica do mundo.

Sempre fomos, daqueles que defenderam o aproveitamento do potencial hidráulico da região e do Estado, como uma das maiores fontes de renda naturais.

Hoje graças à transposição dos obstáculos que sempre impediram a realização desse objetivo, ele está sendo levado a efeito; porém, há uma necessidade premente de se aproveitar os últimos momentos que restam para a cidade turismo do alto oeste do Paraná, principalmente levando-se em conta que o Governo do Estado está fazendo chegar aos limites urbanos da cidade, o tapete negro que tanto dinamiza o progresso de qualquer região.

Paralelamente à ação da Secretaria dos Transportes, faz-se mister que os órgãos competentes tomem as mais urgentes providências para atendimento à grande massa que se desloca até Sete Quedas.

O estado de calamidade em que se encontra o Parque Nacional de Sete Quedas em Guaíra, foi constatado pela equipe do JORNAL DOS MUNICÍPIOS, que ainda foi ouvir as reivindicações do Prefeito KURT WALTER HASPER, quanto às pretensões da municipalidade em relação aos "últimos dias de Pompéia".

"Guaíra quer ser manchete nacional e mundial, por fatos positivos; com o aproveitamento racional do turismo e não como já ocorreu em épocas passadas, quando fatos lamentáveis foram registrados, por ocasião do sinistro de dois barcos e o desaparecimento de trinta e cinco turistas. Se as pontes pêncis continuarem como estão, não tardará a que turistas venham a ser prejudicados, correndo risco de vida" — assim se expressou o Chefe do Executivo guairense.

O Parque Nacional de Sete Quedas enquadra-se no provérbio de que após a porta arrombada, não adianta colocar fechadura. Se alguém vier a perder a vida na travessia de uma das pontes ali existentes, de nada adiantará lamentar e prometer providências, que afinal de contas já há muito deveriam ser realidade.

Conforme informações colhidas, a responsabilidade para com as coisas do parque cabe ao IBDF, que vem tentando por todos os meios transferir o "abacaxi" à municipalidade de Guaíra, o que em hipótese alguma corresponde aos seus interesses.

Para o Prefeito KURT WALTER HASPER, "oitenta por cento" da população brasileira não conhece as Sete Quedas, confundindo-as com as Cataratas do Iguaçu, que se localizam no município do mesmo nome.

Na verdade, está existindo um acentuado desleixo por parte do IBDF e da Paranatur, colocando Sete Quedas no ostracismo, promovendo outros centros em seu detrimento. Já foram solicitadas por diversas vezes as providências consideradas, de alto valor social e econômico, para se evitar maiores conseqüências, sem que no entanto, nenhuma medida concreta possa ser observada.

Dedicando-se uma investigação pelos meandros do turismo paranaense, pode-se constatar de que as poucas promoções existentes em termos de Guaíra, são por parte da Prefeitura e da comunidade, ávidas de divulgação, lamentando-se que a Paranatur, não possua nenhuma fotografia relativa às Sete Quedas, ao Porto Fluvial de Guaíra e ao passeio de barco pelo majestoso Rio Paraná. Lamenta ainda, o JORNAL DOS MUNICÍPIOS, que as reivindicações apresentadas pela municipalidade de Guaíra, em almoço realizado em Guaíra, em homenagem a autoridades da Paranatur, já pertençam aos famosos expedientes arquivados. Muitas promessas feitas em momentos de satisfação e nada até agora, cumprido, vem caracterizar aquele órgão como incompetente e ineficaz, comprometendo a sua própria existência.

A Paranatur, órgão responsável pelo turismo no Paraná, alega constantemente que não possui verbas para o seu incremento e transfere as responsabilidades para o IBDF que por sua vez, pela distância que o separa da cidade de Guaíra, procura compensar as deficiências com excusas, dizendo que a Prefeitura deve tomar as medidas cabíveis.

Ora, a Prefeitura de Guaíra não tem qualquer ingerência sobre parques nacionais, mas, caso, precisa dele, para aumentar a sua arrecadação, pois é uma das maiores fontes de renda, a denominada indústria sem chaminés.

De quem é realmente a responsabilidade?

Este é um país que vai para frente; mas é preciso ir-se no encontro do povo de Guaíra, que clama por melhores dias, enquanto existe fôlego; unir forças enquanto há boa vontade da população que se for lutar sozinha, vai afogar-se nas águas do Rio Paraná."

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 615/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1.º - O Art. 1.º, do Decreto Legislativo número 68/75, de 20 de fevereiro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"A gratificação de representação de que trata o ítem IV, do Art. 172, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, é extensiva aos Servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no que for aplicável conforme dispõem o Decreto número 1.350, de 22 de dezembro de 1975, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado".

Art. 2.º - As gratificações mencionadas no artigo anterior serão pagas nos seguintes valores, a partir de primeiro de outubro de 1976.

- I- Diretor Geral Cr\$ 2.500,00
- II- Diretores de Departamentos, Diretor do GAT, Chefes de Gabinetes, da Presidência,

cia, 1.ª Secretaria, 2.ª Secretaria, Diretoria Geral, Tesoureiro Geral e Contador Geral Cr\$ 2.000,00

III- Chefes de Gabinetes da 1.ª Vice-Presidência, 2.ª Vice-Presidência, Coordenador de Auxílios Sociais, Assessores de Gabinete da Presidência, 1.ª Secretaria, 2.ª Secretaria, Assessores Jurídicos dos Departamentos de Finanças e Pessoal, Chefes de Divisões, Assistentes Técnicos, Diretores Adjuntos, Chefes de Serviços Autônomos, Advogados, Médicos, Economistas, Contadores, Redatores, Técnicos de Administração, Auxiliares Técnicos, Cirurgiões Dentistas, Secretário de Comissão, Taquígrafos, Chefe do Setor do Imposto de Renda, Administrador Geral e Consultor Jurídico Cr\$ 1.700,00

IV- Chefes de Gabinetes da 3.ª Secretaria, 4.ª Secretaria, Chefes de Gabinetes de Lideranças, Assistentes de Plenário. Assesores de Relações Públicas . Cr\$ 1.400,00

V- Oficiais de Gabinetes da Presidência, 1.ª e 2.ª Secretarias Cr\$ 1.100,00

VI- Auxiliares de Gabinetes da Presidência, 1.ª Secretaria, 2.ª Secretaria, Oficiais de Gabinetes da Diretoria Geral, Chefes de Sesão, Caixa Cr\$ 900,00

VII- Auxiliares de Gabinete da 1.ª Vice-Presidência, 2.ª Vice-Presidência, 3.ª Secretaria, 4.ª Secretaria, Gabinetes das Lideranças, Diretoria Geral, Auxiliares de Gabinetes dos Departamentos e Gabinete de Assistência Técnica ... Cr\$ 800,00

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12/10/1976

Paulo Affonso Alves de Camargo

Presidente

Aguinaldo Pereira Lima

1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet

2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 616/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os números 7077 e 8210, de 10 de agosto e 20 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

- I- retificar, com base na fundamentação anexa ao protocolado sob o número 7077/76, de 10 de agosto de 1976, a alínea b, do Decreto Legislativo número 100/68, de 06 de fevereiro de 1968, para declarar que o tempo contado pelo mesmo, de dez (10) meses e quatro (04) dias, compreendido entre 08 de fevereiro de 1947 e 12 de dezembro do mesmo ano, em que CELSO ARAUJO JUNIOR, ocupante do cargo de nível PL"28", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, prestou serviços ao

Exército Nacional, é contado para todos os efeitos legais, e não como consta naquele ato;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 18 de dezembro de 1968 e 18 de janeiro de 1973, antecipado em razão da incorporação ao primeiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1971, 1972 e de quinze (15) dias de 1970, contadas em dobro; e

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 08 de setembro de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12/10/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 551/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8366, de 24 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria número 38/75, que designou ADILSON VICENTINI, matrícula número 110, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado EGON PUDELL; e,
II — designar, o funcionário acima citado, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado OSÓRIO VALTER PIETRÂNGELO, a partir de 01 de outubro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 552/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8366, de 24 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a Portaria número 458/76, de 09 de agosto de 1976, que autorizou NIZE TRISTÃO PIETRÂNGELO, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 01 de outubro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 553/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8593, de 01 de outubro de 1976,

deste Poder,

RESOLVE:

designar GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, matrícula número 262, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado AGUINALDO PEREIRA LIMA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 554/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8821, de 07 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a EDGAR SANTOS BUQUERA, matrícula número 485, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 15 de outubro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 555/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar, LUCY PINHEIRO DE LACERDA, ora à disposição deste Poder, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 01 de setembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 556/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8852, de 07 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, ao funcionário JOÃO MARIA DE JESUS CAMPOS ARAÚJO, matrícula número 500, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 557/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8917, de 11 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a JOSÉ ARY VALÉRIO, matrícula número 392, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 11 de outubro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de outubro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 558/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 8016, de 14 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar, os funcionários, FABIANO SIQUEIRA CUNHA, matrícula número 043, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, CELSO MARIANO DOS SANTOS, matrícula número 165 e LELINGTON LOBO FRANCO, matrícula número 421, ambos ocupantes do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para, sob a Presidência do primeiro, constituírem comissão, para apurar os riscos de vida e saúde, da funcionária ARACY ZECH, matrícula número 192, lotada no Serviço Odontológico.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de outubro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral